

Franco Ferrari  
Friedrich Rosenfeld  
Mariana França Gouveia

# **RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS**

UM GUIA CONCISO DO REGIME UNIFORME  
DA CONVENÇÃO DE NOVA YORK

Tradução: Victoria da Silveira e Silva

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, outono de 2023  
editoraquartier@uol.com.br  
 @editoraquartierlatin

**FRANCO FERRARI, FRIEDRICH ROSENFELD &  
MARIANA FRANÇA GOUVEIA**

*Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras:*

*Um Guia Conciso do Regime Uniforme da Convenção de Nova York*

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-198-7

1. Arbitragem. 2. Execução. 3. Sentenças Arbitrais Estrangeiras. 4. Convenção de Nova York. 5. Jurisdição. 6. Procedimento. I. Título.

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Tradução*

Victoria da Silveira e Silva

*Capa*

Anderson dos Santos Pinto

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO I A CONVENÇÃO DE NOVA YORK COMO INSTRUMENTO DE DIREITO UNIFORME, 11

1. Visão geral sobre a Convenção de Nova York.....	15
A. Escopo de aplicação .....	15
B. Reconhecimento e aplicação de convenções de arbitragem .....	16
C. Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais .....	17
2. A Convenção de Nova York como um Tratado de direito uniforme.....	19
A. As Obrigações Uniformes da Convenção de Nova York.....	19
B. A Interpretação Autônoma da Convenção de Nova York .....	22
C. O papel do direito interno .....	27
D. A interpretação e a aplicação descentralizadas da Convenção .....	32
3. As Origens da Convenção de Nova York como instrumento de lei uniforme .....	34
4. Outras convenções de direito uniforme sobre reconhecimento e execução de sentenças arbitrais.....	38
A. Convenção ICSID de 1965 .....	38
B. Convenção Europeia de 1961.....	40
C. Convenção do Panamá de 1975 .....	41
D. Conclusão .....	42

### CAPÍTULO II ESCOPO DE APLICAÇÃO, 43

1. A concepção autônoma de sentença arbitral .....	45
A. Decisão de árbitros ou órgãos arbitrais permanentes .....	47
B. Autoridade competente com base no consenso das partes.....	48
C. Resolução final de uma disputa em um procedimento jurisdicional que seja capaz de garantir o devido processo .....	49

I. Disputa.....	49
II. Decisão final .....	52
III. Procedimento jurisdicional.....	54
IV. Procedimento capaz de garantir o devido processo .....	56
D. Conclusão .....	57
2. Internacionalidade .....	58
I. Sentenças elaboradas no território de um Estado diferente daquele em que o reconhecimento e a execução são solicitados .....	58
II. Sentenças não domésticas .....	60
III. Convenções de arbitragem .....	62
3. Reservas .....	64
A. Reserva de reciprocidade.....	64
B. Reserva comercial.....	66

### CAPÍTULO III

## O RECONHECIMENTO E A EXECUÇÃO DAS CONVENÇÕES DE ARBITRAGEM, 69

1. O princípio da validade presumida das convenções de arbitragem.....	71
2. Assunto capaz de ser resolvido por arbitragem .....	73
3. Convenção de arbitragem que não é nula e sem efeito, tampouco sem efeito e impossível de ser executada.....	80
A. Doutrina da separabilidade .....	80
B. Acordo por escrito .....	82
C. Nula e sem efeito .....	85
I. Padrão .....	85
II. Lei aplicável.....	87
III. Sem efeito ou incapaz de ser executado.....	93
4. Escopo .....	96
5. Elaboração de cláusulas de arbitragem.....	101

**CAPÍTULO IV**  
**O DEVER DE RECONHECER**  
**E EXECUTAR SENTENÇAS**  
**ARBITRAIS E SEUS LIMITES, 105**

1. O dever de reconhecer e executar sentenças arbitrais.....	107
2. O direito de recusar o reconhecimento e a execução.....	110
A. Lista taxativa de motivos.....	110
B. Ônus da prova.....	112
C. Renúncias.....	114
I. Renúncias <i>ex post</i> .....	114
II. Renúncias <i>ex ante</i> .....	118
D. Efeitos preclusivos de determinações prévias.....	119
I. Decisões prévias dos tribunais arbitrais.....	120
II. Determinações prévias por instituições arbitrais.....	121
III. Decisões prévias das cortes nacionais.....	123
E. Discricionariedade para recusar o reconhecimento e a execução.....	126
3. Efeitos.....	127

**CAPÍTULO V**  
**MOTIVOS DE RECUSA**  
**RELACIONADOS À JURISDIÇÃO, 129**

1. Introdução.....	131
2. Matéria incapaz de ser resolvido por arbitragem.....	131
3. Incapacidade das partes e invalidade da convenção de arbitragem.....	133
A. Capacidade.....	133
B. Validade da convenção de arbitragem.....	136
4. Decisão além do escopo da convenção de arbitragem ou dos termos da solicitação de arbitragem.....	138
A. Tribunais arbitrais que excedem o escopo da convenção de arbitragem.....	139
B. Tribunais arbitrais que concedem soluções não solicitadas pelas partes.....	142
C. Sem revisão dos méritos.....	144
5. Possibilidade de reconhecimento e execução parcial.....	145

**CAPÍTULO VI**  
**FUNDAMENTOS DE RECUSA RELACIONADOS**  
**COM A DEVIDA NOTIFICAÇÃO E A IMPOSSIBILIDADE**  
**DE APRESENTAR ARGUMENTOS, 147**

1. Os limites autônomos do artigo v (1) letra “b” .....	149
2. Notificação adequada.....	153
3. Capacidade de apresentar seus argumentos.....	158

**CAPÍTULO VII**  
**MOTIVOS DE RECUSA**  
**RELACIONADOS AO PROCEDIMENTO, 163**

1. Composição da autoridade ou procedimento arbitral .....	165
2. Não se deu em conformidade.....	168
3. Acordo das partes .....	173
4. Lei da sede .....	181

**CAPÍTULO VIII**  
**FUNDAMENTOS DE RECUSA RELACIONADOS AO STATUS DA**  
**SENTENÇA NOS TERMOS DA LEI APLICÁVEL A ELA, 185**

1. Recusa de reconhecimento e execução quando a sentença não tenha se tornado vinculante .....	187
2. Sentença anulada ou suspensa.....	191
A. Anulação ou suspensão .....	191
B. Autoridade competente.....	193
C. Discrição .....	195
I. Abordagem territorialista .....	196
II. Abordagem pluralista.....	197
III. Abordagens intermediárias.....	198
3. Mecanismos processuais .....	201

**CAPÍTULO IX**  
**MOTIVOS DE RECUSA**  
**RELACIONADOS À ORDEM PÚBLICA, 205**

1. O conceito autônomo de ordem pública .....	210
2. Ordem pública processual.....	215
3. Ordem pública substantiva .....	218

**CAPÍTULO X**  
**O PROCEDIMENTO E OS REQUISITOS FORMAIS**  
**PARA O RECONHECIMENTO E APLICAÇÃO, 223**

1. Procedimento.....	225
A. Regras de jurisdição .....	227
B. Estatuto de limitações .....	229
C. Fórum não conveniens .....	230
2. Requisitos formais .....	233
A. Uma sentença autenticada ou em cópia devidamente certificada.....	233
B. Contrato de arbitragem original ou cópia devidamente certificada ....	235
C. Tradução .....	236
D. No momento da aplicação .....	237
E. Regime mais favorável.....	238